



Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

**ORDEM DO DIA
PARA A 45ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
EM 03 DE SETEMBRO DE 2024**

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE URGÊNCIA

1 - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 26, de 2013, de autoria do Tribunal de Justiça. Dispõe sobre a criação de cargos de Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau. Pareceres nºs 2089 e 2090, de 2013, respectivamente, das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favoráveis.

2 - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 41, de 2024, de autoria do Tribunal de Justiça. Dispõe sobre a criação de cargos de Analista de Sistemas Judiciário, no Quadro do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Parecer nº 1630, de 2024, da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável.

3 - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 46, de 2024, de autoria da Defensoria Pública do Estado. Altera a Lei Complementar nº 988, de 9 de janeiro de 2006, que organiza a Defensoria Pública do Estado e institui o regime jurídico da carreira de Defensor Público do Estado. Parecer nº 1631, de 2024, da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável.

4 - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 47, de 2024, de autoria da Defensoria Pública do Estado. Altera a Lei Complementar nº 1.050, de 24 de junho de 2008, que institui no Quadro da Defensoria Pública do Estado, as classes de apoio que especifica, e dá outras providências. Parecer nº 1632, de 2024, da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável.

5 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 530, de 2024, de autoria do Tribunal de Justiça. Dispõe sobre a criação de cargos de Assistente Social Judiciário e de Psicólogo Judiciário no Quadro do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Parecer nº 1633, de 2024, da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição,

Justiça e Redação e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável.